



## Obras de Melhoria Urbana Vs A Qualidade de Vida: Reflexão sobre o Caso da Macrodrenagem dos Canais da Quintino e Generalíssimo - Belém-PA

### Universidade, políticas públicas e desenvolvimento

Jessyca I. N. dos Santos<sup>1</sup>, Leandro B. Mergulhão<sup>2</sup>, Paulo R. C. Pacheco<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará- UFPA, campus Belém - PA – [jessyca.inglis@hotmail.com](mailto:jessyca.inglis@hotmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará- UFPA, campus Belém - PA – [leandro.mergulhao@itec.ufpa.br](mailto:leandro.mergulhao@itec.ufpa.br)

<sup>3</sup> Universidade Federal do Pará- UFPA, campus Belém – PA- [Paulo.pacheco@itec.ufpa.br](mailto:Paulo.pacheco@itec.ufpa.br)

### Resumo

Este trabalho faz uma reflexão sobre as divergências encontradas frente as políticas públicas, como esta da macrodrenagem dos canais da Quintino Bocaiúva e Generalíssimo Deodoro (situados no bairro da cremação); que discursam a promoção da qualidade de vida da população, mas muitas vezes configuram exclusão social por falta de justiça social e interesse popular. Sendo assim a homogeneidade dos benefícios ficam nos discursos apenas e a população de baixa renda, que neste caso é diretamente afetada pelas obras, ficam aquém das melhorias. Os moradores as margens dos seguintes canais serão desapropriados do local que ocupam há 30 anos, onde construíram suas raízes culturais. E as remunerações ofertadas a estes são irrisórias, insuficientes para garantir uma boa moradia com as mesmas qualidades do local, que possui boa localização e por sua vez facilidade de acesso a serviços públicos e privados. Sendo assim, às margens do mercado imobiliário formal se submeterão a baixas condições de vida. Logo a macrodrenagem da bacia da Estrada Nova que visa melhorias na qualidade de vida de cerca de 300 mil pessoas, tende a proporcionar impactos adversos àqueles diretamente afetados pela obra os quais deveriam ser priorizados.

*Palavras-chave: Qualidade de vida; Justiça social; Políticas públicas; Portal da Amazônia; Macrodrenagem da sub-bacia II.*

### 1 Introdução

Devido a falta de gerenciamento urbano, em oposição a um crescimento acelerado e desordenado que vivenciaram as cidades brasileiras em meados anos 60, hoje estas



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

apresentam certas condições paisagísticas deletérias, além de inúmeros impactos socioambientais, o que tornou-se um desafio ao planejamento urbano atualmente. Desta forma, afim de garantir uma qualidade de vida entram em ação obras de melhoria urbana e infra-estrutura. Na cidade de Belém, um projeto que pretende corrigir um grande problema de saúde pública da cidade, os alagamentos, está sendo executada. É esta o projeto da bacia da Estrada Nova, o portal da Amazônia, que abrange a orla da estrada nova, além de suas sub-bacias. Este trabalho estende-se apenas a área no entorno dos canais da Dr. Moraes, Generalíssimo Deodoro e Quintino Bocaiúva, que configuram a sub-bacia II, ambos presentes no bairro da Cremação, área esta de ocupação desordenada ali presente há 30 anos. Em algumas extensões do local presencia-se condições precárias de infra-estrutura e falta de serviços públicos. Mas apesar disso, encontra-se no centro da cidade, logo possibilita uma facilidade de acesso a diversos serviços, sendo fator principal para que, na opinião dos moradores, a qualidade de vida do local seja dita como razoável.

Por tudo isso, pela obra ser imprescindível e para continuidade desta ser necessária a desapropriação do local, além do conhecimento prévio de remunerações irrisórias diante da realidade imobiliária da cidade; que objetiva-se refletir se haverá a efetivação da qualidade de vida e bem-estar social não somente de maneira geral, como também de forma pontual e particular, mais precisamente daqueles que serão diretamente afetados por tal, partindo do preceito que esses são princípios dados como fundamentais nas políticas públicas.

## **2 Fundamentação teórica**

### *2.1 Histórico de ocupação*

A cidade de Belém começou nas encostas do rio Guamá com suas primeiras ruas e foi se expandindo na direção oeste-leste onde atualmente está localizado o distrito de Icoaraci. A ocupação de Belém levou em consideração a exploração das drogas do sertão e a tentativa de se cultivar cana de açúcar, inviável devido fatores climáticos e naturais. O crescimento demográfico de Belém teve um salto durante o governo de Marquês de Pombal, época essa que a cidade cresceu rumo à mata, utilizando os relevos mais altos do sítio evitando os alagadiços, igarapés e igapós o que resultou no perfil irregular da cidade e alcançou as áreas que hoje formam os bairros: Reduto, Batista Campos, Nazaré e Umarizal.

Na década de 1960-1970 houve um adensamento populacional no município de Belém cujo centro da cidade já estava consolidado e os terrenos de terra firme nas mãos dos que tinham maior poder aquisitivo além de serem também ocupadas por repartições do governo, sendo assim, a população de baixa renda começou a ocupação das chamadas “baixadas” áreas mais próximas aos alagadiços e igarapés, áreas estas suscetíveis a alagamentos. Essas “baixadas” e “invasões” tiveram seu maior adensamento populacional nas décadas de 1960-1970 e em volume menor nas décadas seguintes; essa foi a alternativa em busca por moradia que no ano de 1991 atingiram uma extensão de 39,12% do município com uma população 775.476 habitantes (IBGE 1991). Já caracterizando as ocupações irregulares e sem registros nas áreas de baixadas onde o saneamento básico é umas das principais carências.



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

Devido a essas carências essas áreas foram alvos de políticas públicas de saneamento básico elevando o seu valor no mercado imobiliário não livrando-se totalmente dos alagamentos, bairros como Cremação (área em estudo) onde tiveram algumas ações quanto ao saneamento, mas ainda é sujeita a alagamento por consequência de chuvas e marés altas. Políticas públicas do tipo já foram aplicadas em algumas bacias como a bacia do Una e a bacia do Paracuri II, em Icoaraci, e tiveram como centro de remanejamento o conjunto CDP e o conjunto Eduardo Angelim, onde a população reclama da sua qualidade de vida (PINHEIRO, 2007).

## 2.2 Caracterização do Local da Obra

A Bacia da Estrada Nova tem uma extensão aproximada de 9,54 km<sup>2</sup>, sendo a quinta maior bacia da Cidade de Belém, com 72,7% do solo constituído de áreas inundáveis pelos efeitos das marés e/ou das chuvas constantes da região (ENGESOLO, 2007a). É formada por 12 canais de drenagem, que totalizam 13.985 m de extensão e drena os bairros da Cremação, Condor e Jurunas e parcialmente os bairros de Nazaré, Batista Campos, São Brás, Cidade Velha e Guamá. As cotas topográficas variam de 4 a 14 m e a cota do lençol freático varia de 1 a 10 m sendo, portanto, muito vulnerável à contaminação (CABRAL e LIMA, 2006).

Atualmente, a Bacia da Estrada Nova apresenta uma população de aproximadamente 300.000 habitantes (15,16% da população de Belém) (ENGESOLO, 2007a) e apresenta densidade populacional de 160-300 hab/ha, a maior taxa na cidade de Belém, representando alto índice de ocupação e urbanização (PEREIRA, 2007).

Os principais canais que a compõe são: Timbiras, Quintino Bocaiúva, Três de Maio, Bernardo Sayão, Caripunas, Dr. Moraes, Quatorze de Março e Generalíssimo Deodoro e é toda interligada pelo Canal Bernardo Sayão, que se inicia na Rua Veiga Cabral, próximo ao Arsenal de Marinha e termina na Rua Augusto Correa, próximo ao campus da Universidade Federal do Pará (ENGESOLO, 2007a).

## 2.3 Caracterização Geral do Programa

O Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Estrada Nova é uma proposta da Prefeitura Municipal de Belém, que tem por objetivo a promoção da melhoria da qualidade de vida da população do município de Belém, através da recuperação sócio-ambiental e da valorização do meio ambiente urbano. O referido programa tem 4 (quatro) bases: melhoria da drenagem urbana, infraestrutura viária, infraestrutura de saneamento, e sustentabilidade social e institucional. O componente “melhoria da drenagem urbana” apresenta 2 (dois) outros componentes: macro e microdrenagem urbana e reordenamento urbano e reassentamento familiar. Para a construção do sistema de drenagem de águas pluviais, visualiza-se a construção de bacias de controle, redes de macro e microdrenagem e controle e estabilização de margens e calhas dos canais e dos focos erosivos na bacia. Para o reordenamento urbano e reassentamento familiar, serão realizadas desapropriações, remoção e reassentamento da população residente e das atividades comerciais e produtivas que estejam instaladas nas áreas diretamente afetadas para soluções habitacionais localizadas nas proximidades dos canais onde já residiam. Na área de infraestrutura viária, projeta-se a implantação de vias, visando complementar a rede já existente, melhorar as condições de acessibilidade e mobilidade dentro do espaço urbano local e evitar a reocupação das marginais dos canais, e de praças e áreas verdes, e ampliação dos



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

serviços de limpeza urbana. Para a infra estrutura de saneamento, são previstas a implantação de interceptores, redes coletoras, estações elevatórias e de tratamento de esgoto (ETE), com o esgoto sendo coletado em cada sub-bacia e enviado ao pré-tratamento e lançado ao Rio Guamá. Auxiliando os componentes supra, a “sustentabilidade social e institucional” prevê ações, programas e planos orientados para as instituições, comunidades afetadas pelas intervenções do Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova ( PROMABEN) e para as populações residentes na bacia. As ações planejadas no Programa foram: Participação Comunitária, Comunicação Social, Educação Ambiental e Sanitária e Desenvolvimento Institucional (PROMABEM).

#### *2.4 Reordenamento Urbano e Reassentamento de Famílias*

O objetivo geral do Programa de Remoção e Reassentamento de famílias é liberar as áreas em que serão realizadas as obras previstas no PROMABEN da ocupação. Objetiva especificamente a promoção de reassentamento das famílias removidas dos locais, inserindo-as em locais próprios à moradia digna, apoiar a reinstalação de pequenos negócios e garantir a melhoria de acesso a serviços básicos. É previsto um Programa Específico de Relocalização – PER para cada sub-bacia, em virtude das diferentes condições físicas e sociais existentes em cada área da Bacia da Estrada Nova, para liberar as áreas necessárias e destinadas à implantação do Programa. Foi previsto a remoção de cerca de 875 (oitocentas e setenta e cinco) famílias das áreas dentro da Sub-Bacia 2. Na Bacia de Estrada Nova, detecta-se a predominância de edificações de padrão construtivo médio e edificações de baixo padrão construtivo, este último em áreas de baixada. Em função das diferenças construtivas e de ocupação antrópica, é previsto a execução do cadastro técnico para fornecer dados que possibilitem identificar os imóveis irregulares e os imóveis regularizados de acordo com o CTM – Cadastro Técnico Municipal das áreas públicas e não públicas incluídas na área objeto do PROMABEN. A retirada das famílias das áreas onde serão realizadas intervenções, principalmente das áreas marginais, e o reassentamento delas são essenciais para que o Programa tenha seguimento e a legislação urbanística da cidade seja observada, no tocante a proteção das áreas às margens dos canais, que são de proteção permanente. Além disso, o reassentamento das famílias, de acordo com as diretrizes do Plano correspondente apresentado, remanejará as famílias afetadas para novas áreas que tenham regularidade e condições ambientais adequadas, moradias com nível mais elevado de conforto, significando uma recuperação importante de cidadania ambiental dessas comunidades (ENGESOLO, 2007a). Porém, tão importante quanto retirar e realocar as famílias é evitar que elas voltem à moradia anterior após a conclusão das obras. Assim, além do plano de retirada e reassentamento das famílias, seria necessário um incentivo, que não foi apresentado no projeto, para que não haja a reocupação das áreas não permitidas, já que 45,01% das famílias da Sub-Bacia 2 não gostariam de mudar do local onde moram.

#### *2.5 Interesses político-privados no projeto do Portal da Amazônia*

Observamos que tais medidas e diretrizes são em grande parte voltadas para a população mais pobre, todavia, faz-se necessário considerar que essas metas estabelecidas pela retórica política dominante é apenas o reflexo, ou mesmo a atualização, do emergente processo de absorção do discurso das agências de financiamento como o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) que, sendo uma importante engrenagem do maquinário capitalista, induz ao aperfeiçoamento de



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

produtos culturais e econômicos de acordo com as críticas e rejeições do mercado. Neste sentido, atualmente tornou-se uma prática comum haver uma abordagem social no conteúdo dos programas de urbanização, decodificada de forma a gerar lucro e não necessariamente melhorias significativas para aqueles que realmente necessitam (FLÁVIA DE SOUSA ARAÚJO, 2008).

A partir da elucidação apresentada pelo poder público e pela mídia em torno de um grande projeto para a orla de Belém, da desejosa retomada do rio e dos benefícios que tal empreendimento tende a proporcionar, é preciso evidenciar que a orla belenense sempre foi espaço do cotidiano de muitos, seja por causa do comércio intenso em seus trapiches, seja pelo constante fluxo de pessoas que chegam e partem da cidade por seus portos. Entendemos que a construção do Portal da Amazônia não necessariamente objetiva gerar o uso mais extensivo da orla pela cidade, pois este uso existe. Esta intervenção da orla intenta, em seu plano, ambientá-la/aliená-la para outro tipo de público, especificamente aquele que pode pagar pelo uso e consumo de seu novo e reterritorializado espaço urbano. Neste contexto, Cardoso (O LIBERAL, 19.03.2006) afirma que o conceito de orla, portanto, torna-se variável em seus diversos significados e depende dos grupos de interesse envolvidos, sendo que para a prefeitura, o Portal da Amazônia *poderá atender ao interesse de uma parte da população que vê para esse espaço um ambiente como os dos calçadões de Copacabana, o que não quer dizer que essa visão atenderá às necessidades das pessoas que já fazem uso da orla* (ibidem).

No cerne da abordagem em torno das relações existentes entre os agentes envolvidos, observa-se que as tensões geradas pelo confronto de interesses do Capital e Aparelho de Estado em oposição aos moradores das ocupações informais na área de orla, é intermediada pela imprensa que ora tende a privilegiar as reivindicações das camadas mais pobres ora exalta o projeto Portal da Amazônia e os objetivos empresariais, sendo que a população belenense e muitos políticos (sejam estes de partidos de oposição ou não ao da Prefeitura) são facilmente manipulados, e tendem a apoiar e ratificar o discurso político falacioso e arduamente repetido de resgate do rio e embelezamento da cidade. Prevalecendo, deste modo, interesses do capital privado, girando em torno principalmente da dimensão fundiária e econômica, induzindo à homogeneização da cidade, transformando-a em mercadoria, em um espaço espetacular, onde se investe no marketing para a venda e consumo da Belém Espetacular.

## 2.6 Justiça social e qualidade de vida

Adauto Cardoso (2000) afirma que, em primeiro lugar, deve ser considerado que a sobrevivência na cidade depende, entre outras coisas, da moradia. Segundo este autor, a habitação é um dos elementos básicos que constituem um "mínimo social", portanto é um direito básico de cidadania. O exercício deste direito tem como pressuposto a possibilidade de acesso ao solo urbano, que deve ser compreendido como um bem de caráter social e tal qual a habitação uma condição básica indispensável para a sobrevivência. Portanto entende - se a moradia, de uma forma ampliada, como a habitação em si, e também, como solo e o conjunto de equipamentos, serviços e amenidades, cuja acessibilidade ela possibilita.

A visão nesse processo é a heterogeneidade que a moradia leva, implicando em aquisições que segundo Dirce Korga (2003), implica na exclusão de grande parcela da população mundial de



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

condições básicas para sobreviver, viver e acessar os bens direcionados à qualidade de vida. A dinâmica social urbana tem como base a apropriação privada de várias formas da renda fundiária. Isto faz com os segmentos já privilegiados desfrutem, simultaneamente, de maior nível de bem-estar social e riqueza acumulada, na forma de um patrimônio imobiliário de alto valor, enquanto que grande parte da população, formada pelos trabalhadores, é espoliada por não ter reconhecidas, socialmente, suas necessidades de consumo habitacional (moradia e serviços coletivos), inerentes ao modo de vida urbano.

Além dos especuladores do solo, existe também um grupo que atua na dinâmica das cidades. Que são caracterizados por empresas que promovem toda ou parte da infraestrutura urbana, tais como redes de abastecimento de energia, de água, coleta de esgoto, macrodrenagem de canais, e outros. Em geral, sob encomenda do Estado, respondendo aos interesses econômicos das empreiteiras. Dessa forma Cardoso (2000), caracteriza esse panorama como uma arena de confrontação de interesses diferenciados pela apropriação de benefícios como a geração de rendas e obtenção de lucros, por um lado, e em termos melhores condições materiais e simbólicas de vida. Nisso tudo havendo a disputa dos grupos citados com a população, cujas estratégias de sobrevivência tem se materializado nos processos de favelização, entre outros, que acabam prevalecendo a irregularidade e a ilegalidade do acesso à terra e precárias condições de sobrevivência, pela carência qualitativa e quantitativa dos equipamentos e serviços urbanos.

Haja vista o modo de produção capitalista, o exercício do direito básico, a moradia e acesso de serviços devem ser feitas por políticas públicas. Nas Metrópoles, como Belém, deve-se pensar que ocorre as indefinições de alocação de serviços públicos, delimitando áreas, impondo a definição de padrões de serviço, de áreas a serem beneficiadas por eles, de tarifas e de prioridades para atendimento da população. Ocorre também a disputa pelo patrimônio cultural e recursos naturais. Acrescendo a isso, nas grandes cidades, há a disputa do espaço de habitação de interesse social, tornando necessário a provisão de terras para assentamentos habitacionais de baixa renda, a urbanização de assentamentos existentes em condições precárias de posse dos terrenos e de equipamentos públicos, a provisão, o financiamento e organização da produção de habitação de interesse social.

O desejo de construir a justiça social a todos, para além das ações localizadas de defesa de direitos humanos e sociais, apresenta-se internacionalizado em organizações não governamentais e agências financiadoras internacionais, como o BIRD e o FMI, que estão comprometidos com o desenvolvimento da participação, fortalecimento dos mecanismos de cooperação e da governabilidade humana. Como acontece na maioria dos empreendimentos urbanos em Belém, que financiados por estas instituições, deveriam se comprometer com esta política.

A base política e programas mundiais para urbanização de áreas degradadas (favelas e baixadas) é um dos compromissos da agenda “habitat”, que enfoca a segurança da moradia no que se refere a seus aspectos físicos - estrutura, saneamento, eliminação de áreas de risco - e a segurança jurídica da posse da terra, além da governabilidade urbana, destacando-se entre outros aspectos, a melhoria da qualidade de vida urbana (ALBERTO PARANHOS, 2002).

As grandes cidades, passam por processos de vulnerabilidade social decorrente de fatores, como o desemprego, tomando efeito de empobrecimento e isolamento, transformando a



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

marginalização social em exclusão territorial. O conceito de exclusão social hoje se confronta diretamente com a concepção da universalidade e com ela, a dos direitos sociais da cidadania – portanto, a exclusão social é a negação da cidadania.

A carência habitacional está no centro dos problemas da exclusão social. Quem tem baixo poder aquisitivo somente tem acesso a moradia à margem da cidade, em casas insalubres e totalmente inaptas à função de sustentação de uma vida digna (RIBEIRO, 2005). Apesar de estar localizado no centro da cidade de Belém e ter acesso aos mais diversos serviços público e privado, a população as margens dos canais da Quintino e Generalíssimo Deodoro, se enquadram nesse contexto da exclusão social, apresentando baixos índices de qualidade de vida.

Qualidade de vida a qual segundo Fernandes (2003) depende, entre outros fatores econômicos, sociais, ambientais e culturais, das condições físicas e espaciais das nossas vilas, cidades pequenas e grandes. A disposição e a estética das cidades, padrões de ocupação do solo, densidade populacional e de construções, transporte e facilidade de acesso de todos a produtos, serviços e amenidades públicas básicos têm um peso crucial nas boas condições de vida dos assentamentos. Isso se torna ainda mais importante para as pessoas vulneráveis e desfavorecidas, muitas das quais enfrentam barreiras no acesso a moradias e na participação na elaboração do futuro dos seus assentamentos.

A partir do entendimento das diversas vertentes sociais que afunilam nas desigualdades, vivida pelos grandes centros urbanos, como Belém, é detectado aumento do processo de exclusão social. E na dualidade da exclusão / inclusão social, segundo Koga (2003), devem ser construídas propostas apoiadas em metodologias que examinem características sociais e territoriais, e traduzam em índices objetivos as desigualdades intra– urbana. O debate sobre as condições de vida do território é um dos instrumentos para concretizar a redistribuição territorial, no enfrentamento das desigualdades sociais.

### **3 Metodologia**

Neste trabalho foram tomadas como fonte de informação, além de pesquisas bibliográficas, a população local através de um questionário elaborado e aplicado em forma de entrevista dos moradores locais, na qual foram apresentadas por eles reclamações e questionamentos enquanto, dentre outras coisas, os valores da remuneração ofertada. E ainda uma breve caracterização do local foi feita a partir de dados adquiridos nas mídias de comunicação da prefeitura, além das visitas ao local.

A área é caracterizada pela pequena infra-estrutura de saneamento e descontrola da ocupação do solo. Esta abrange o entorno dos canais da Quintino Bocaiúva, Generalíssimo Deodoro e Dr. Moraes, que por sua vez estão localizados no bairro da cremação. Em épocas de chuva e de marés altas, entre os meses de dezembro e março, os bairros cortados pelos canais (Jurunas, Batista Campos e Cremação) sofrem com os alagamentos, sendo que nos bairros centrais 60% desses incidentes têm como agravante as ocupações desordenadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 2009).

As ruas visitadas se caracterizam pela segregação sócio-espacial confrontando-se com a paisagem ao seu redor, já que está na área central do município, apresentando precariedade de estruturas urbanas e falta de serviços públicos em parte de sua extensão. As habitações estão



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

abaixo do nível de qualidade de vida aceitável para uma boa moradia, onde as casas seguem basicamente o mesmo padrão, sendo elas suspensas por palafitas, de pequenas dimensões, deterioradas e com baixo ou inexistente saneamento básico. As figuras 1 e 2 abaixo ilustram isso.



**Figura 1: Invasão da Cremação ( Fonte: Foto de Leandro Mergulhão, 2011).**



**Figura 2: Palafitas no canal da Generalíssimo ( Fonte: Foto de Leandro Mergulhão, 2011).**

Os moradores têm uma vida cercada de desafios diários no contorno da sobrevivência e na busca pela melhoria de suas condições de vida. É perceptível que os moradores têm uma boa interação entre si, são bem receptivos e uma característica notável é a vontade de permanecer no local, até por que são anos neste local, pessoas com 20, 30 e 40 anos de vivência no bairro da Cremação. Apesar de estarem em um local desfavorável a qualidade de vida, quando analisada pelos índices de qualidade pontual, estes são contemplados com facilidades de acesso a bens de serviço provenientes da boa localização frente a cidade.

#### **4 Resultado e discussão**

Um dos principais questionamentos posto em pauta foi sobre a qualidade de vida local, isto na percepção dos moradores, considerando assim aspectos subjetivos. Já que se constatou previamente a péssima qualidade de vida deste, considerando demais aspectos materiais e mais objetivos. Como pode-se perceber no gráfico abaixo, a maioria das pessoas questionadas classificaram a qualidade de vida local como razoável (47,06%)



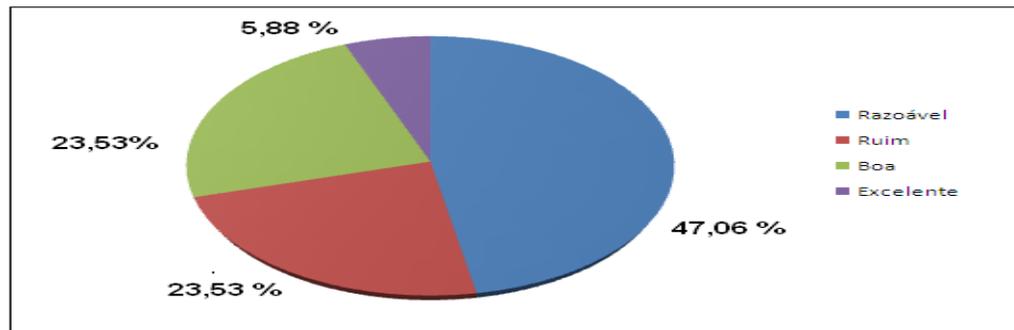
# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

apesar do auto índice de violência, da falta de serviços públicos e dos alagamentos no local. E ainda grande parte do total está distribuída de forma a apresentar uma porcentagem significativa na classificação da qualidade de vida, como boa. Isso se deve, como ressaltado pelos próprios moradores, a boa localização proporcionando facilidade de acesso a serviços diversos como: escolas, hospitais, prontos-socorros, postos de saúde, transportes, dentre outros. Como apresenta o gráfico 1, abaixo:



**Gráfico 1: Qualidade de vida local ( Fonte: dados organizados pelos autores a partir da pesquisa de campo).**

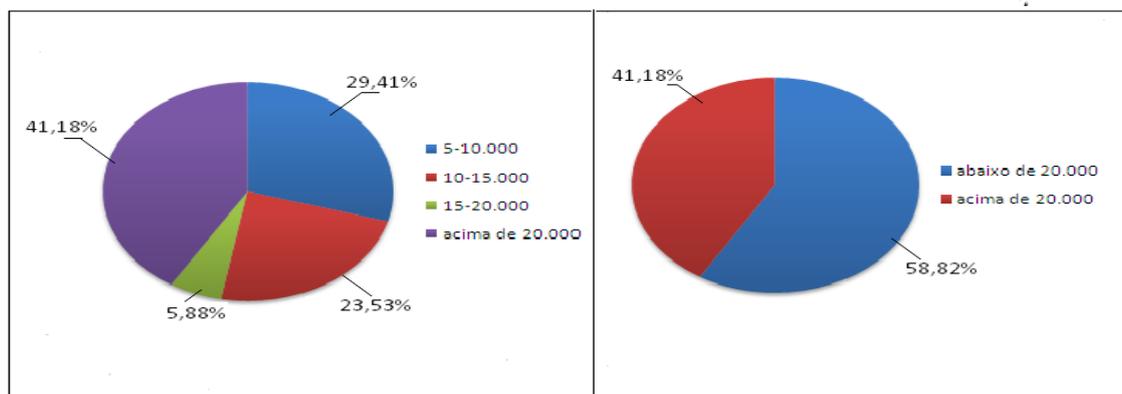
Com relação aos valores das remunerações ofertados aos moradores, 58,82% destes são inferiores a R\$ 20.000 (vinte mil reais). Os critérios utilizados para valorar as residências levaram em consideração o tamanho das casas, número de cômodos, a natureza dos materiais usados em sua construção (madeira ou alvenaria). Já que a área não é regularizada, portanto os critérios normalmente utilizados para indenizações do tipo, de acordo com valor do IPTU, não cabia neste caso. Assim considerando o fato da área ser uma ocupação irregular de uma população de baixa renda, onde a grande maioria das residências são de madeira, palafitas, com não mais que 4 cômodos; resultando em valores irrisórios de remunerações, insuficientes para suprir as necessidades de moradia destes, considerando ainda o mercado imobiliário de Belém como um dos mais caros do Brasil, onde em bairros como da Cremação o preço mediano do metro quadrado chega a ser R\$ 2.487. O gráfico abaixo demonstra a distribuição em porcentagem dos intervalos de valores remunerativos obtidos na pesquisa de campo.



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”



**Gráfico 2: Valores de remuneração ( Fonte: dados organizados pelos autores a partir da pesquisa de campo).**

Deste modo atenta-se ao fato de tal obra de infra-estrutura urbana que tem como discurso a promoção da qualidade de vida na cidade de Belém, estar promovendo a remoção destes moradores sem lhes oferecer opções adequadas ao bem-estar social. Emanando a exclusão social e negação a cidadania, já que a moradia configura um mínimo social e portanto um direito constitucional previsto em lei, que é totalmente favorável a habitações de interesse social. Demonstrando assim a falta de interesse pelo popular, abafado pelos interesses políticos e econômicos, este último já vem sendo exprimido nas mídias impressas da cidade. Onde segundo o corretor e advogado Nazareno Nogueira Lima, presidente do Sindicato dos Condomínios do Pará (SINDCON), as obras de investimentos previstas ou em andamento nos bairros hoje considerados periféricos, vão promover grandes mudanças no mercado imobiliário de Belém. Para ele, o bom desempenho da construção civil em Belém promove a especulação imobiliária, de modo que os bairros considerados subúrbios, hoje, com o investimento público e com as ruas asfaltadas já estão sendo alvos dessa especulação.

Nesse contexto do mercado imobiliário formal, a população de baixa renda é potencialmente excluída, restando a esta optar pela informalidade onde vão presenciar condições de extrema precariedade e viverá em condições degradantes a natureza, pressupondo futuras políticas curativas. Esse processo de segregação socioespacial frente a um desenvolvimento urbano especulativo abusa do descompromisso com a sustentabilidade socioambiental. Sustentabilidade esta prescrita no plano diretor do município como um princípio fundamental das políticas públicas.

A noção de sustentabilidade implica uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento (JACOBI, 1999). E para isto, proporcionar não só qualidade de vida como também a ambiental e assim a sustentabilidade urbana; presumi-se boas condições de habitação, trabalho, transporte, além de saneamento ambiental. E ainda nos aspectos socio-culturais: recreação, lazer, educação, patrimônio cultural, dentre outros. Dessa forma pode-se dizer que políticas públicas como esta parecem estar aquém de tal compreensão, segregam e não visam a totalidade e muito menos seus resultados a longo prazo.

Outro fator observado, tornando o projeto com um caráter de fachada ao cunho social, está na não apresentação de um planejamento futuro de acompanhamento social para com os moradores



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

remanejados, já que a modificação social é imposta, obriga-os o suprimento de qualquer maneira as particularidades do próximo cenário habitacional. Assim são produzidos questionamentos quanto ao próximo local que habitarão se vão ser diminuídas essas diferenças sociais ou se continuarão no processo de marginalização social. Sendo dessa forma o projeto não previu tal situação de adversidade nos próximos locais alvos de reassentamento. Além da metrópole ter um baixo índice de qualidade de vida em sua totalidade, então é provável que estas pessoas acabem se mudando para locais com a mesma ou maior segregação sócio-espacial. Desta forma, comprometendo a idealização de austeridade social. E só através de um trabalho técnico social, produziria uma adequação quanto ao novo espaço de convívio social e impediria que estas pessoas se tornassem potenciais marginalizados.

## 5 Conclusões

Sabendo que essa obra é de caráter exequível e que a prefeitura não pensa em suspender, pensando no benefício que o portal da Amazônia trará ao patamar urbanístico da cidade, trazendo um serviço de implementação de linha de drenagem pluvial e valorizando ainda mais uma área que possui uma boa alocação de serviços públicos e privados. Mas em confronto com essa projeção na infra-estrutura, é detectado que ocorrem desvantagens nesse processo que cabe à classe populacional às margens dessa evolução, que no caso são os moradores dos canais estudados, já que são prejudicados pela sua mudança do cotidiano e padrões de vida. Entendendo que a concepção de evolução deveria ser homogênea, mas nesse processo maximiza a situação de exclusão social. Desta maneira, constatamos que, na prática, a realidade é bastante divergente do que é posto pela prefeitura em suas retóricas de retomada do rio e beneficiamento para milhares de famílias, entre elas, aquelas residentes nas imediações que serão interferidas pelo Portal. A população às margens dos dados canais, que continuam a viver numa situação insalubre, habitando sobre esses extensos canais poluídos que substituem as calçadas dos moradores da periferia de Belém, não desejam sair do local onde construíram suas moradias, sentem-se ameaçados de expulsão e ainda desconhecem o destino reservados àqueles que serão removidos. Nesta conjuntura, o Portal da Amazônia torna-se apenas mais uma forma de dar continuidade a um planejamento de cidade onde não há espaço para aqueles que não possuem condições de pagar para consumir o seu “pedaço de terra urbana”. Nesse contexto pode-se afirmar que a prefeitura não incorpora em seu planejamento a discussão popular, visando saídas que beneficiem a população em sua totalidade, fugindo dos preceitos do plano diretor do município, estatuto das cidades e demais instrumentos; de promover o desenvolvimento da cidade com justiça social e melhoria das condições de vida de seus habitantes para assim promover a sustentabilidade urbana.

## 6 Considerações finais

Além disso, neste contexto entra em choque não apenas o que é executado e proposto na atualidade para se alcançar um desenvolvimento urbano, como também os princípios fundamentados na carreira acadêmica fomentado no convívio nas universidades que levaram a formação de engenheiros e demais profissionais que hoje formulam tais projetos como este do Portal da Amazônia, na forma que se constata que o papel social que eles representam não está sendo omitido, porém é falho na medida em que se observa que o planejamento de obras não alcança a justiça social. Assim é notado que o resultado desta “desqualificação profissional” é



em consequência de um sistema educacional universitário e de extensão universitária que ainda adota o básico em sua concepção à abordagem social, tendo em sua grade curricular o lado mais técnico possível. E mesmo que este cenário esteja mudando dentro das universidades e permitindo que os acadêmicos tenham melhor assimilação do caráter social de seu trabalho para a sociedade, o sistema econômico é um grande entrave para que possa ser realizado um planejamento de projeto que permeie a equidade sócio-ambiental, por significar em uma maior oneração orçamentária, o que não é viável em um sistema que visa apenas o lucro.

## 7 Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Flávia. Entre Portais do Espetáculo e Portas do Cotidiano sobre as águas do Guamá: Cartografando processos construtivos de subjetivação no Jurunas, Belém – PA. Dissertação de mestrado não publicada. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura e urbanismo, 2008.

BELÉM. Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto- Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1994, dispõe sobre desapropriação por utilidade pública. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, p. 14427, 18 jul. 1994. Seção 1.

CABRAL N. M. T., LIMA L. M. Comportamento hidrogeológico das águas do aquífero Barreiras nos bairros centrais de Belém, Pará. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Naturais, Belém, v. 1, n. 1, p.149-166, jan-abr. 2006.

CARDOSO, Adauto Lucio. Desigualdades urbanas e políticas habitacionais. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ-FASE, 2000.

CASTRO, Alaor de Almeida et al. O saneamento e a legislação. In \_\_\_\_\_. Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios- volume II. Escola de engenharia da UFMG, 1995. 221 p.

ENGESOLO Engenharia LTDA. Relatório de Impacto Ambiental. Belo Horizonte, 2007a, Tomo 01/02. 299p. Disponível em: <  
[http://www.belem.pa.gov.br/new/templates/sec\\_segpep/promaben/RIMA/TOMOII/SA\\_PR109\\_06\\_TX\\_2\\_6\\_006\\_A.pdf](http://www.belem.pa.gov.br/new/templates/sec_segpep/promaben/RIMA/TOMOII/SA_PR109_06_TX_2_6_006_A.pdf)>. Acesso em: 09 nov. 2011.

FERNANDES, Marlene. Agenda Habitat para Municípios. Rio de Janeiro: IBAM, 2003, 224p.

JACOBI, Pedro. Dilemas socioambientais na gestão metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana. *Revista de ciências sociais*. n. 25, p. 115-134, 2006.

KOGA, Dirce. Medidas de cidade: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003, 300p.

O LIBERAL. Reportagem. Disponível em: < [http://orlalive.blogspot.com.br/2006/03/o-liberal-19-mar-2006-atualidades\\_19.html](http://orlalive.blogspot.com.br/2006/03/o-liberal-19-mar-2006-atualidades_19.html) >. Acesso em: 07 nov. 2011.

PARANHOS, Alberto da Rocha. Habitação popular e urbanização das favelas. Disponível em: <  
[http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/Urbis/2002/conf\\_tematicas\\_dia7\\_3\\_resumo.asp](http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/Urbis/2002/conf_tematicas_dia7_3_resumo.asp)>. Acesso em 14 nov. 2011.

PEREIRA, José Almir Rodrigues (Coord.). Plano Diretor do Sistema de Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Belém: Alternativas de concepção do sistema de esgotamento da Bacia da Estrada Nova. Universidade Federal do Pará - Grupo de Pesquisa Hidráulica e Saneamento e Companhia de Saneamento do Pará, Belém, 2007, v.3, 85 p.

PINHEIRO, Andréa et al. A questão habitacional na Região Metropolitana de Belém. In CARDOSO, Adauto Lucio(Coordenador). Habitação social nas Metrôpoles brasileiras: Uma avaliação das políticas



# 9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”**

habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Coleção Habitare ANTAC. Porto Alegre, 2007. 552p.

REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Léo. O saneamento no Brasil políticas e interfaces. 2. Ed. Rev. E ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 387 p.

RIBEIRO, Luiz César. Cidade e Cidadania: inclusão urbana e justiça social. In MOYSÉS, Aristides (coord.). Cidade, segregação urbana e planejamento. Goiânia, UCG, 2005. p. 45-62.